

Fora do armário do cristianismo: ou sobre como armários são construídos e desconstruídos

Out of the closet of Christianity: or about how closets are constructed and deconstructed

Sandson Almeida Rotterdam¹

Resumo

Neste trabalho, pretende-se analisar os mecanismos pelos quais as Igrejas Cristãs se utilizam para controlar as sexualidades e criar uma normatização cisheterossexista. Utilizamos o método de revisão bibliográfica, abordando as estratégias criadas por Igrejas Cristãs, sobretudo a Católica Romana, para o controle dos corpos e da sexualidade, bem como a maneira pela qual essa tradição religiosa essencializa o sexo e o gênero. Consideraremos como essas organizações pretendem impor papéis sociais e sexuais não apenas aos seus fiéis, mas também a toda a sociedade. A pesquisa em curso tem nos orientado a considerar que a concepção de lei natural é o alicerce sobre o qual se constroem perspectivas naturalistas de gênero, nas quais se baseiam as compreensões de Igrejas Cristãs. Além disso, identificamos que esse edifício vem sendo desconstruído pelos estudos contemporâneos de gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Religião; Gênero; Sexualidade, Cristianismo; Desconstrução.

Abstract

In this work, the aim is to analyze the mechanisms through which Christian churches utilize strategies to control sexualities and establish a cisheteronormative framework. We employed a bibliographic review method, addressing the strategies devised by Christian churches, particularly the Roman Catholic Church, for controlling bodies and sexuality, as well as how this religious tradition essentializes sex and gender. We examine how these organizations seek to impose social and sexual roles not only on their adherents but also on society as a whole. The ongoing research has led us to consider that

¹ Doutor e Mestre em Ciências da Religião pela PUC Minas, graduado em filosofia e teologia pela PUC Minas, membro do Grupo de pesquisa ReGeSex – Religião, Gênero e sexualidade da UFJF. E-mail: sandsonrotterdam@hotmail.com

the concept of natural law serves as the foundation upon which naturalistic perspectives on gender are constructed, forming the basis of Christian churches' understanding. Furthermore, we have identified that this framework is being deconstructed by contemporary gender and sexuality studies.

Keywords: Religion; Gender; Sexuality; Christianity; Deconstruction.

Introdução

O presente artigo propõe o estudo das formas pelas quais as igrejas cristãs, particularmente em suas expressões mais hegemônicas, exercem controle sobre as sexualidades. Historicamente, o cristianismo hegemônico construiu uma compreensão essencialista de sexo e gênero, enraizada na ideia de uma lei natural divina que define o que é considerado comportamento humano apropriado. Esta visão, profundamente enraizada na metafísica, estabelece normas rígidas para o comportamento sexual, privilegiando a heterossexualidade como norma e marginalizando ou até mesmo patologizando outras expressões de sexualidade. A noção de lei natural remonta à filosofia clássica, especialmente em Aristóteles, e foi posteriormente desenvolvida pela teologia cristã, sobretudo em Tomás de Aquino, muito antes do surgimento dos conceitos modernos de "heterossexualidade" e "homossexualidade". A lei natural, nesse contexto, refere-se a uma ordem racional inscrita na criação, pela qual se define o que é "natural" para os seres humanos com base em sua finalidade intrínseca (Silva, 2014). No entanto, com o advento dos estudos modernos sobre sexualidade nos séculos XIX e XX, a ideia de heterossexualidade como norma passou a ser justificada também por meio dessa compreensão metafísica de lei natural. Essa interpretação sustenta que a união entre homem e mulher seria o reflexo mais adequado do propósito natural da sexualidade, frequentemente identificado com a procriação (Nahra 2007). Embora a ideia de lei natural seja anterior ao conceito de

heterossexualidade, esta última foi historicamente normatizada por meio de uma leitura seletiva e restritiva da lei natural, consolidando um discurso que hegemoniza a heterossexualidade como o único modelo legítimo de vivência sexual e relacional.

Diante disso, é preciso compreendermos que, por metafísica, estamos entendendo uma compreensão de mundo de raiz platônica, segundo a qual a realidade se funda em “estruturas estáveis que impõem ao pensamento e à existência a tarefa de fundar-se, de estabelecer-se (com a lógica e com a ética) no domínio do não deveniente, referindo-se a toda uma mitificação das estruturas fortes em qualquer campo da experiência.” (Vattimo, 2007, p. XVIII). Assim, seguindo o pensamento de Vattimo, a visão metafísica sobre a sexualidade, busca fundar-se em uma estrutura idealizada de uma identidade não deveniente, imutável, imaterial, o que contraria toda e qualquer experiência humana. A ideia de uma lei natural, eterna e imutável é uma compreensão também metafísica, de que o mundo é regido por leis também não devenientes, imutáveis e que estabelece um dever agir e um dever ser, de acordo com uma natureza metafísica que, em última análise, significa uma conformidade com a lei eterna, que, segundo Silva (2014), que está em uma mente divina e que regula e ordena todas as coisas. Essa normatização cisheterossexista, de base metafísica, tem implicações profundas na sociedade, influenciando não apenas práticas religiosas, mas também políticas sociais, leis e a vida cotidiana dos indivíduos, dada a influência do cristianismo, sobretudo católico romano, no estabelecimento de regras morais.

A desconstrução é uma abordagem filosófica e crítica desenvolvida principalmente pelo filósofo francês Jacques Derrida (1973) na segunda metade do século XX. Essencialmente, ela se dedica a analisar e dismantelar as estruturas de pensamento e linguagem que sustentam conceitos e ideias, revelando as contradições e ambiguidades inerentes a eles. Derrida argumentava, conforme Gebrehiwot (2022) que os textos e discursos, sejam literários, filosóficos ou

sociais, são construídos por meio de oposições binárias (como cultura/natureza, masculino/feminino, razão/emoção, preto/branco, europeu/não europeu), de modo que um termo é frequentemente privilegiado sobre o outro. Derrida (1973) entende a desconstrução como um processo de "des-sedimentação" das significações que têm sua origem no logos, ou seja, na razão e na lógica tradicional. Este processo não é uma demolição, mas uma reinterpretação que revela as falhas inevitáveis nas tentativas filosóficas de isolar ou identificar valores puros como verdade, origem e presença.

Nesse contexto, os estudos de gênero emergem como agentes de desconstrução dessa perspectiva, questionando a suposta ordem natural e evidenciando a diversidade de identidades e orientações sexuais. A pesquisa destaca a persistência da influência das igrejas cristãs – sobretudo, no caso brasileiro, a Igreja Católica e igrejas evangélicas como a Assembleia de Deus - na sociedade, mesmo em contextos secularizados, nos quais o cristianismo desempenha um papel proeminente na vida das pessoas. O discurso religioso conservador, muitas vezes, obstaculiza a implementação de direitos civis das pessoas LGBTQIA+, perpetuando a ideia de que a heterossexualidade é a única orientação sexual correta.

Este estudo demonstra que a naturalização do gênero e da sexualidade está sendo desafiada à medida que indivíduos e grupos intensificam a luta por direitos e reconhecimento. A noção de uma lei natural imutável é contestada por perspectivas que reconhecem a diversidade e a complexidade das experiências humanas. Esse movimento representa um avanço na promoção da igualdade e na superação das normas cisheterossexistas impostas pelo cristianismo hegemônico e outras instituições sociais.

1 Um cristianismo constrói: uma compreensão essencialista de sexo e gênero

O cristianismo, como uma das maiores religiões do mundo, apresenta uma vasta gama de expressões, tradições e interpretações, tornando qualquer generalização em um único termo uma simplificação excessiva e cientificamente imprecisa. Ao longo da história, o cristianismo se ramificou em inúmeras denominações, cada uma com suas próprias doutrinas, práticas e teologias. Portanto, ao se referir ao "cristianismo" em um contexto acadêmico ou de pesquisa, é crucial especificar a qual vertente se está aludindo. Neste caso, quando mencionamos o cristianismo, estamos nos concentrando predominantemente em sua expressão hegemônica, com ênfase particular na Igreja Católica Apostólica Romana.

A influência católica tem sido particularmente notável em aspectos morais, sociais e políticos, muitas vezes moldando as atitudes em questões como sexualidade, família e ética social. Além disso, é importante reconhecer a diversidade dentro do próprio catolicismo, que, apesar de sua aparência monolítica, abrange uma variedade de perspectivas e movimentos, desde conservadores até progressistas. Ao estudar o cristianismo hegemônico, em especial o catolicismo, deve-se ter em mente essa complexidade e multiplicidade, evitando generalizações que não capturam a riqueza e a diversidade da experiência cristã global.

Faz parte da confissão de fé da tradição cristã o cânon² segundo o qual Deus criou os céus e a terra, e todas as coisas visíveis e invisíveis. Essa formulação, tardia com relação ao texto bíblico, aparece oficialmente no século IV, no Concílio de Niceia. Nessa concepção de Deus como criador de todas as

² O uso da palavra Cânon no texto é intencional. Canônico, etimologicamente, vem do grego *kanón*, que significa "regra", no sentido de esquadro para traçar linhas que se unem em ângulo reto. Já no Concílio de Niceia (325) os *kánones* contrapõem-se às *nomoi*, designando os primeiros as normas eclesíásticas e as segundas, as leis civis. Os concílios distinguem entre *cânones fidei* (da fé), *cânones morum* (da moral) e *cânones disciplinares* (da disciplina); esses últimos, muitas vezes, mais do que obrigar coercitivamente, querem persuadir. Portanto, desde os primeiros séculos, os cânones indicam todas aquelas normas que, estabelecidas pela autoridade eclesíástica, direcionam a vida da comunidade eclesial e de cada um dos fiéis, não assumindo as características formais que as *leges* tem no âmbito civil. (Ghirlanda, 1993, p. 13).

coisas há também a compreensão de que ele dispôs, em seu desígnio divino, como todas as coisas deveriam ser. É desse cânon de fé que as igrejas cristãs construíram uma compreensão de que esse ordenamento no qual Deus dispôs o mundo implica na existência de uma lei natural, e que, cada ser criado deve agir segundo essa disposição divina, conforme afirma, por exemplo, a Declaração *Homem e mulher os criou* (2019) da Congregação para a Educação Católica ou a declaração de fé das Assembleias de Deus (2016). Tanto a declaração "Homem e mulher os criou", da Congregação para a Educação Católica, quanto a Declaração de Fé das Assembleias de Deus compartilham uma visão tradicional da sexualidade humana, fundamentada na interpretação bíblica de que Deus criou o ser humano "homem e mulher", estabelecendo a complementaridade sexual como parte de seu plano divino. Ambas defendem que a heterossexualidade é a única expressão legítima da sexualidade, sendo essencial para a formação da família e para a preservação da ordem moral. Em comum, criticam as relações homoafetivas como incompatíveis com a natureza e o propósito divino, expressando preocupação com mudanças culturais que buscam normalizar e legitimar essas relações. Embora compartilhem essa posição, a declaração católica adota uma abordagem mais filosófica e antropológica, enquanto a declaração das Assembleias de Deus utiliza uma linguagem mais direta e pastoral, voltada para a evangelização e a condenação literal do pecado.

A lei natural, como conceito filosófico e teológico, representa uma compreensão fundamental de que existem certos princípios morais e éticos universais e inerentes que são intrínsecos à condição humana, conforme Nahra (2007). Essas leis, segundo essa concepção não são criadas pelo ser humano, mas sim descobertas através da razão humana, refletindo uma ordem e um propósito mais elevados estabelecidos pelo Criador no universo e na própria essência humana. A lei natural é considerada constante, transcendendo culturas e épocas, e servindo como um guia para o comportamento ético e a tomada de decisões morais.

Nesta perspectiva, a lei natural não apenas dita comportamentos éticos, mas também se relaciona com a finalidade e a função dos seres humanos e de todas as coisas criadas. A lei natural é vista como um caminho para alcançar o bem humano e viver de acordo com o propósito para o qual os seres humanos foram criados.

Sob essa ótica de lei natural, especialmente conforme interpretada na tradição filosófica e teológica cristã, gênero e sexualidade são concebidos como elementos intrínsecos à ordem criada por Deus, possuindo funções e propósitos específicos. O gênero é tradicionalmente visto como binário, alinhado com o sexo biológico, e pressupõe papéis e características inatos, considerados como parte da ordem divina. Quanto à sexualidade, a lei natural a enquadra primordialmente no contexto da procriação dentro do casamento heterossexual, vendo outras expressões sexuais, como relações homossexuais ou bissexuais e atividades sexuais fora do casamento, como incompatíveis com essa ordem, conforme abordado por Nahra (2007).

A título de exemplo e provocação para reflexão, segundo a Declaração Persona Humana³, da então Congregação para a Doutrina da Fé,

Não poderá haver, portanto, verdadeira promoção da dignidade do homem, senão com o respeito da ordem essencial da sua natureza. Na história da civilização, certamente, muitas condições concretas e necessidades da vida humana mudaram e continuarão a mudar ainda; mas, toda e qualquer evolução dos costumes, assim como todo e qualquer gênero de vida, devem ser sempre mantidos dentro dos limites que impõem os princípios imutáveis fundados nos elementos constitutivos e nas relações essenciais de toda a pessoa humana, elementos e relações que transcendem as contingências históricas. Tais princípios fundamentais, que a razão pode apreender, acham-se

³ É necessário, nessa análise, apontar que este documento vaticano é emanado no ano de 1975, um contexto marcado pelo que se convencionou chamar de Revolução Sexual, na qual movimentos feministas e o movimento gay foram às ruas, portanto, saíram do armário, para exigir direitos iguais e questionar o patriarcado e a heterossexualidade compulsória. As teses propostas por esses movimentos colocam em xeque exatamente uma compreensão essencialista metafísica conforme a que sustenta a Igreja Católica. O documento pretende ser uma resposta às questões levantadas por esses movimentos que desconstroem as compreensões naturalizantes de gênero e sexo.

contidos na « lei divina, eterna, objetiva e universal, com a qual Deus, no desígnio da sua sabedoria e amor, ordena, dirige e governa o universo inteiro e os caminhos da comunidade humana. Desta sua lei, Deus torna o homem participante, de modo que este, segundo a suave disposição da divina Providência, possa conhecer cada vez mais a verdade imutável ». E esta lei divina é acessível ao nosso conhecimento. (DICASTÉRIO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 2024).

A Declaração "Persona Humana" da Congregação para a Doutrina da Fé coloca em relevo uma concepção específica da dignidade humana, intimamente vinculada ao respeito por uma ordem divina considerada fundamental. Segundo esta visão, a dignidade humana é intrinsecamente ligada à conformidade com uma lei objetiva e eterna, estabelecida por Deus. Portanto, os atos humanos, para serem verdadeiramente dignificantes e moralmente corretos, devem se inscrever dentro dos limites dessa lei. Nesta perspectiva, as mudanças na sociedade e na conduta humana são valorizadas e consideradas positivas apenas se alinhadas e reafirmativas das disposições eternas de Deus, que são vistas como a mais alta expressão do bom, belo e verdadeiro.

Segundo a compreensão exposta pelo dicastério vaticano, o acesso ao conhecimento dessa lei não passaria necessariamente por uma adesão ao cristianismo, visto que se dá por meio da racionalidade humana. Ou seja, é um princípio de tal modo universal e impositivo que não se circunscreve ao cristianismo. Essa perspectiva carrega implicações significativas, especialmente em contextos contemporâneos nos quais concepções de identidade, liberdade individual e direitos humanos muitas vezes entram em conflito com noções tradicionais de ordem natural e moralidade. Segundo essa interpretação, formas de existência que desviam dessa lei natural, incluindo diversas expressões de identidade de gênero e orientação sexual, podem ser vistas como contrárias à dignidade humana conforme definida por esta ordem divina.

Dessa forma, influência do cristianismo na demarcação de uma suposta ordem natural que normatiza a sexualidade e gênero é inegável. Ao sacralizar

uma visão estritamente cisheteronormativa da sexualidade como lei divina, as igrejas cristãs têm perpetuado uma moralidade restritiva que exclui e marginaliza as pessoas que não se encaixam nessa norma. Essa concepção essencialista da sexualidade e do gênero é utilizada como um mecanismo de controle social, consolidando uma simbologia social que se reflete na organização dos significados das práticas sexuais. As igrejas fiadas em uma compreensão naturalista de gênero e sexualidade continuam a exercer uma influência significativa na opinião pública, impedindo avanços nos direitos civis e políticas públicas que garantiriam a dignidade das populações dissidentes sexuais. Por dissidentes sexuais podemos entender, a partir de Peres e Toledo (2011) como identidades e práticas que desafiam as normas tradicionais de sexualidade, como a heteronormatividade, propondo uma visão mais inclusiva e fluida. Envolve a rejeição de padrões hegemônicos, incluindo identidades queer como travestis, transexuais e transgêneros, que resistem às categorizações impostas pela sociedade e ao controle do biopoder. Essas dissidências promovem novas narrativas que questionam o que é considerado "normal" em termos de sexualidade, enquanto lutam por reconhecimento, direitos e aceitação. Assim, representam expressões de resistência e liberdade que ampliam o entendimento sobre a diversidade humana na sexualidade.

Nas expressões mais tradicionalistas do cristianismo, as concepções de gênero e sexualidade são utilizadas como meios para regular e influenciar a sociedade em múltiplos aspectos. Estas instituições estabelecem normas morais e sociais, frequentemente fundamentadas em interpretações de escrituras sagradas e doutrinas teológicas que valorizam a heterossexualidade dentro do casamento e reforçam papéis de gênero tradicionais. Na esfera da educação e da cultura, as igrejas cristãs exercem influência, por vezes contestando os estudos de gênero e promovendo abordagens conservadoras em relação à educação sexual. Politicamente, muitas igrejas e líderes religiosos se engajam ativamente, buscando moldar a legislação e as políticas públicas de acordo com suas crenças,

muitas vezes fazendo lobby contra direitos LGBTQIA+ e apoiando leis que refletem suas visões sobre família e moralidade sexual. Essas ações também moldam as atitudes e percepções do público, contribuindo para a estigmatização de comportamentos e identidades que divergem de suas crenças. Natividade (2006) considera

a religião como uma dessas instâncias de controle, visto que constitui sistemas simbólicos capazes de fornecer sentido à ação social, introduzindo disposições e motivações, um certo modo de ver, aprender e entender o mundo. Nesse sentido, compreender que valores são difundidos pelo discurso religioso contribui para o desvelar das lógicas culturais que informam a experiência e orientam a ação. (NATIVIDADE, 2006, p. 117)

Na perspectiva de Natividade (2006), a religião é vista como uma instância significativa de controle social, principalmente por sua capacidade de estabelecer sistemas simbólicos complexos que conferem sentido e direção à ação humana. Os sistemas religiosos funcionam não apenas como conjuntos de crenças, mas também como estruturas que introduzem disposições específicas, motivando e moldando a maneira como as pessoas veem, aprendem e compreendem o mundo ao seu redor. Por meio de seus discursos e práticas, as religiões difundem valores que influenciam profundamente as lógicas culturais e sociais, informando e orientando as experiências e ações dos indivíduos. Entender os valores propagados pelo discurso religioso, portanto, é crucial para desvendar as dinâmicas culturais subjacentes que influenciam e direcionam a vida social. Essa compreensão ajuda a revelar como o cristianismo, através de suas narrativas e símbolos, exerce um papel fundamental na formação de identidades, na construção de comunidades e na orientação do comportamento e da ética social. Além disso, através de serviços sociais, como aconselhamento e assistência a famílias, as igrejas disseminam suas visões sobre gênero e sexualidade. Com um discurso frequentemente centrado na salvaguarda da família tradicional, essas instituições cristãs marginalizam outras formas de família e relacionamentos. Essa abordagem do cristianismo em relação a gênero

e sexualidade não apenas reflete a manutenção de certas normas morais e sociais, mas também tem implicações significativas na inclusão, nos direitos e na qualidade de vida de indivíduos e grupos que se encontram fora dessas normas estabelecidas.

Nesse caso, o cristianismo, ao promover a cisheterossexualidade como norma, como lícito, cria a categoria de quem é considerada/o pecadores e que devem retomar às práticas ditas normais caso queiram fazer parte do redil de quem será salvo/a. Aqui, pode-se entender como pecadores/as todos e todas aquelas que se desviam do que se entende e se estabeleceu como lei natural e como quem será salvo/a quem age conforme esta mesma lei.

Como se pôde ver até aqui, o cristianismo tem uma grande influência sobre a sociedade e sobre a demarcação de um certo tipo de normatização da moral por meio da linguagem que gera ação.

Para Musskopf,

Embora as instituições religiosas tenham perdido, de fato, terreno no âmbito das discussões públicas sobre a sexualidade ao longo do século XX, não é possível que o mesmo tenha acontecido no âmbito da organização dos significados das práticas sexuais. Uma expressão disso é a capacidade mobilizadora de um discurso religioso conservador em debates recentes sobre sexualidade e saúde reprodutiva nas esferas governamentais em âmbito público. Este tipo de discurso tem sido capaz de frear a implementação de mecanismos legais de garantia de direitos civis em questões como a criminalização da homofobia, a legalização das uniões homoafetivas e a descriminalização do aborto. (MUSSKOPF, 2012, p. 154).

Neste contexto de secularização, onde a influência direta das religiões sobre a vida dos indivíduos parece declinar, as Igrejas, especialmente em países como o Brasil, onde uma grande maioria da população se identifica com o cristianismo, continuam a desempenhar um papel significativo na formação da opinião pública. Esta influência é particularmente notável na maneira como essas instituições moldam percepções e atitudes em relação à sexualidade e identidade de gênero. Em um país onde os valores cristãos estão profundamente

entrelaçados com a cultura e a história, as Igrejas, principalmente em suas expressões mais hegemônicas, como a católica romana, frequentemente naturalizam concepções específicas do que é ser humano, baseando-se em uma visão essencialista e metafísica de gênero e sexualidade.

Este discurso religioso, muitas vezes conservador, não apenas se manifesta na esfera privada, mas também se projeta no domínio público, influenciando políticas governamentais e debates legislativos, especialmente aqueles relacionados aos direitos de pessoas LGBTQIA+. As Igrejas, utilizando a autoridade moral que lhes é conferida por sua tradição e seguimento, mobilizam a opinião pública contra o que percebem como ameaças à ordem natural estabelecida, como os estudos de gênero e os direitos LGBTQIA+. O cristianismo hegemônico, nesse sentido, é frequentemente utilizado como um instrumento de dominação de corpos e identidades, impondo um modelo de comportamento heterossexual e normas de gênero tradicionais.

Apoiando-se em uma perspectiva metafísica essencialista, essas expressões hegemônicas do cristianismo tentam delinear e reforçar ideias rígidas sobre o que significa ser homem ou mulher, frequentemente rejeitando ou invalidando identidades de gênero e orientações sexuais que não se alinham com essa visão. Essa abordagem pode ter implicações profundas na vida social e pessoal, influenciando tudo, desde a legislação e as políticas públicas até as interações cotidianas e a auto-percepção dos indivíduos. Portanto, mesmo em um contexto de crescente secularização, as Igrejas cristãs, sobretudo em suas formas mais tradicionais e conservadoras, mantêm uma influência considerável sobre as normas sociais e os valores, moldando ativamente as discussões e políticas relacionadas à sexualidade e identidade de gênero na sociedade contemporânea.

No âmbito das expressões mais hegemônicas e tradicionais do cristianismo, particularmente na Igreja Católica Romana, há uma construção simbólica de um "armário" que encapsula e restringe as identidades e expressões das pessoas LGBTQIA+. Este "armário" não é apenas uma metáfora para a

ocultação, mas simboliza as normas e expectativas sociais profundamente arraigadas que definem e delimitam as aceitáveis formas de sexualidade e identidade de gênero, marginalizando e excluindo aquelas que não se conformam a estes padrões estabelecidos.

Essa construção começa com a doutrina da lei natural, segundo a qual o cristianismo interpreta que Deus estabeleceu uma ordem divina para todas as coisas, incluindo gênero e sexualidade. Dentro desta visão, a heterossexualidade dentro do casamento é promovida como a única expressão sexual válida e natural, enquanto expressões LGBTQIA+ são vistas como desvios desta ordem divina. Essa normatização cisheteronormativa é reforçada não apenas nas práticas e ensinamentos da igreja, mas também permeia a cultura e a sociedade em geral, influenciando profundamente as atitudes e crenças das pessoas em relação à sexualidade e ao gênero.

Além disso, como Musskopf observa, o discurso religioso conservador exerce uma influência considerável nas políticas governamentais e na legislação. Esta influência muitas vezes atua como um obstáculo para o avanço dos direitos civis e o reconhecimento legal das pessoas LGBTQIA+, criando barreiras institucionais que reforçam ainda mais o "armário" simbólico. A religião, atuando como uma instância de controle social, utiliza sua autoridade para definir e impor normas e expectativas que se estendem à sexualidade e ao gênero. Essa dinâmica de controle e exclusão resulta em um ambiente social no qual as pessoas LGBTQIA+ podem se sentir compelidas a ocultar sua verdadeira identidade, para se conformar às expectativas e normas sociais e religiosas.

Em um exame das respostas contemporâneas de diversas denominações cristãs às questões de gênero e sexualidade, observamos um espectro variado de abordagens. Por um lado, denominações progressistas como a Igreja Anglicana e algumas alas do protestantismo têm demonstrado uma tendência crescente para a inclusão, realizando casamentos de pessoas do mesmo sexo e ordenando líderes religiosos LGBTQIA+. Na Igreja Católica Romana foi publicado pelo dicastério

para a Doutrina da Fé em 2023 a declaração *Fiducia Supplicans* que autoriza bênçãos a pessoas LGBTQIA+, embora a bênção não seja para a sua união. Esta abertura reflete uma reinterpretação das escrituras e tradições religiosas de maneira mais inclusiva, indicando uma mudança paradigmática em direção à aceitação e ao amor inclusivo. Por outro lado, igrejas tradicionalistas, como outros setores da Igreja Católica Romana e muitas denominações evangélicas, continuam a aderir a interpretações mais estritas das escrituras, mantendo posições conservadoras em questões de gênero e sexualidade. Esta dicotomia entre as denominações cristãs destaca as tensões internas no cristianismo contemporâneo entre a tradição e a modernidade, refletindo o amplo espectro de interpretações e práticas dentro da fé cristã., conforme sugere Cris Serra (2019), em *Vimos Para Comungar: os Grupos de Católicos LGBT Brasileiros e Suas Estratégias de Permanência na Igreja*

O impacto das normativas de gênero e sexualidade impostas por algumas denominações cristãs se estende além das paredes da igreja, influenciando a política, a legislação e a vida pública, especialmente em países com forte herança cristã. A influência de igrejas conservadoras na formulação de políticas e leis anti-LGBTQIA+ é um exemplo claro de como a religião pode moldar o discurso público e as decisões políticas. Além disso, no nível individual, essas normativas podem ter efeitos na saúde mental e no bem-estar de pessoas LGBTQIA+, particularmente aquelas criadas em comunidades religiosas conservadoras. Muitos/as enfrentam conflitos internos, estigmatização e exclusão, lutando para conciliar sua identidade e fé.

2 Os estudos de gênero desconstroem

A existência desse "armário" simbólico, criado pelas expressões hegemônicas do cristianismo, não significa que as pessoas LGBTQIA+ aceitem passivamente a sua condição de exclusão e marginalização. Pelo contrário, muitas desafiam e resistem ativamente a essa imposição de invisibilidade e

opressão. Neste contexto, os estudos de gênero surgem como um campo de questionamento crítico e de vital importância, desafiando as premissas dessa ordem normativa e a suposta natureza intrínseca que ditaria padrões de existência, comportamento, trabalho e relacionamentos sexuais. Esses estudos não apenas questionam as construções sociais e culturais de gênero e sexualidade promovidas pelo cristianismo hegemônico e pela cultura, mas também exploram a complexidade e a diversidade das experiências humanas, desafiando os paradigmas tradicionais e buscando novos entendimentos. Ao fazê-lo, os estudos de gênero proporcionam uma lente crítica para examinar como as identidades e expressões de gênero são moldadas, restringidas e muitas vezes distorcidas por influências religiosas dominantes. Eles permitem uma reavaliação das noções de "natural" e "normal", abrindo espaço para uma maior aceitação da pluralidade e da inclusão.

Com a emergência dos estudos de gênero, inicia-se um processo de reconhecimento e mapeamento de uma série de mecanismos também religiosos que engendram a cultura e que impõem a cisheterossexualidade. Guacira Lopes Louro aponta para uma multiplicidade de mecanismos de poder que pretendem demarcar identidade e normatização da sexualidade. Para a autora,

esses mecanismos operam, fortemente, no campo da sexualidade. Aqui, uma forma de sexualidade é generalizada e naturalizada e funciona como uma referência para todo o campo e para todos os sujeitos. A heterossexualidade é concebida como natural e também como o universal e normal. Aparentemente supõe-se que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata para eleger como objeto de seu desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo oposto. Consequentemente, as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais, peculiares e anormais. É curioso observar, no entanto o quanto essa inclinação, tida como inata e natural, é alvo da mais meticulosa, continuada e intensa vigilância, bem como o mais diligente investimento. (LOURO 2019, p. 19).

Como Louro (2019) observa, o investimento em manter a heterossexualidade como a norma predominante é notável, tanto em termos de

vigilância social quanto de recursos dedicados a essa tarefa. Isso inclui uma variedade de práticas religiosas e culturais, políticas e educacionais que constantemente reiteram e reforçam a heterossexualidade como a única forma válida e aceitável de expressão sexual. Desde a educação sexual nas escolas até as representações midiáticas, as mensagens que promovem e naturalizam a heterossexualidade são onipresentes, enquanto as expressões de sexualidade não heteronormativas são frequentemente omitidas, desvalorizadas ou abertamente condenadas.

Essa dinâmica evidencia uma complexa interação entre poder, conhecimento e sexualidade, no qual a heteronormatividade é mantida não apenas através de crenças e práticas explícitas, mas também por meio de sutis mecanismos de controle e vigilância.

Os mecanismos sociais e culturais que impulsionam a ocultação e a supressão de identidades sexuais não normativas podem ser descritos metaforicamente como o "armário". Este conceito, profundamente arraigado na dinâmica social, representa mais do que um simples espaço de esconderijo; ele simboliza um sistema de normas e expectativas que define o que é visível e aceitável em termos de orientação sexual. A "epistemologia do armário", uma expressão cunhada por Eve Kosofsky Sedgwick, explora essa complexa interação entre conhecimento, visibilidade e orientação sexual na sociedade contemporânea.

Segundo Ana Ester Pádua Freire,

A compreensão do armário como lugar do segredo, do secreto, é abordada por Sedgwick (2007), que afirma que quanto à questão da existência e a manutenção do segredo do armário, este é um regime de controle da sexualidade e uma estrutura definidora da opressão gay no século XX. Muito mais do que um fenômeno isolado, o armário tem feito parte da história da sexualidade no Ocidente e, além disso, há uma verdadeira "epistemologia do armário", que tem sido produtora incansável da cultura e da história do Ocidente como um todo e esteve ligada à homossexualidade na Europa e na América do Norte, desde fins do século XIX. (FREIRE, 2019, p. 40).

Sedgwick, (2007) em sua análise, destaca como a sociedade constrói e impõe um conjunto de expectativas em torno da orientação sexual, estabelecendo a heterossexualidade como a norma presumida e inquestionável. Esse padrão cultural e social exerce uma pressão significativa sobre indivíduos cujas identidades sexuais desviam dessa norma, levando muitos a ocultar ou negar sua verdadeira orientação sexual. O ato de "ficar no armário" torna-se então uma resposta a um ambiente onde a heterossexualidade é não apenas normatizada, mas também privilegiada, enquanto outras orientações sexuais são marginalizadas, estigmatizadas ou invisibilizadas.

A epistemologia do armário vai além da análise da experiência individual; ela revela como o conhecimento e a compreensão da sexualidade são moldados por quais identidades são permitidas ser vistas e quais são forçadas a permanecer ocultas. Isso tem implicações significativas para a forma como a sociedade percebe e interage com questões de sexualidade e identidade, influenciando políticas, legislação e normas culturais.

Além disso, a epistemologia do armário aborda a questão do poder e do conhecimento na construção social da sexualidade. Ela sugere que os entendimentos dominantes sobre sexualidade são profundamente influenciados pelas dinâmicas de poder que determinam quais identidades são consideradas legítimas e quais são marginalizadas. Assim, a heteronormatividade não apenas informa as experiências pessoais, mas também estrutura a produção de conhecimento, as políticas públicas e as práticas culturais de maneira mais ampla...

Esses mecanismos, inclusive normas religiosas que hegemonomizam a heterossexualidade como única forma de vida correta, de alguma maneira encerram outras possibilidades de vivência da sexualidade, outras identidades sexuais no âmbito de o que deve ser escondido, que não pode ser vivido, ou que pode ser dissimulado. Pode-se reconhecer a existência do que está presente, e até

mesmo apreciar, em certo grau, o conteúdo ali contido, mas é imperativo que permaneça ali para evitar a contaminação dos demais. Caso outros observem o que está contido, surgirão questionamentos sobre a reputação da Igreja ou família. Entretanto, deve-se deixar tal conteúdo resguardado, considerando que Deus repudia o pecado, mas mantém amor pelo pecador. Contudo que não se pratique o homossexualismo (*sic*)⁴, será permitida a participação na comunhão dos santos. Por esta expressão entendemos a partir da compreensão católico romana de que a comunhão dos santos é a comunhão das coisas santas, sobretudo a eucaristia e a comunhão das pessoas santas em Cristo, conforme o Catecismo da Igreja Católica. A pertença à comunidade cristã está condicionada à conformidade com normas e práticas consideradas moralmente aceitáveis pela Igreja. Dessa forma, a vivência da sexualidade dissidente, como a homossexualidade, é tolerada apenas enquanto permanecer invisível, não representando uma ameaça à hegemonia da moral tradicional. A afirmação de que "Deus repudia o pecado, mas ama o pecador" funciona como um dispositivo para reforçar a necessidade de controle e repressão dessas identidades, permitindo a inclusão condicionada, mas mantendo a exclusão simbólica. Em última instância, essa lógica preserva a hierarquia moral e a autoridade religiosa, relegando os indivíduos dissidentes ao limiar da comunidade, onde podem ser aceitos, mas não plenamente reconhecidos.

Assim, a não conformidade à norma, faz da pessoa LGBTIA+ um ser abjeto e, por não se encaixar nas normatizações impostas, são relegados a um não lugar, a uma espécie de matéria escura social, onde deve permanecer para não

⁴ O uso do termo *homossexualismo* neste texto é intencional e carregado de ironia. Embora o termo tenha sido retirado do CID (Classificação Internacional de Doenças) em 1990 pela Organização Mundial da Saúde, reconhecendo que a orientação sexual não é uma patologia, muitas instituições religiosas, especialmente a Igreja Católica, continuam a empregá-lo. Tal uso perpetua uma visão patologizante da homossexualidade, ignorando avanços científicos e sociais que reafirmam a dignidade e o respeito à diversidade sexual. Essa escolha vocabular, portanto, busca evidenciar criticamente o anacronismo e a resistência dessas instituições em rever seus discursos à luz do entendimento contemporâneo.

contaminar a comunidade. Para além das metáforas, os não conformados com a suposta lei natural, se quiserem fazer parte da comunhão dos santos – ou ser salvos em um futuro escatológico - devem anular as suas sexualidades, prazeres e desejos, enfim, heteronormatizar o seu corpo. Com isso, coloca no armário as diversas sexualidades e gêneros que não cabem na sua compreensão de o que seja natural.

Esse questionamento de o que algo que seja humano é ou não natural é parte do pensamento contemporâneo. No dizer de Paul Beatriz Preciado,

a natureza humana é efeito de uma tecnologia de dominação heterossexual que reproduz corpos, nos espaços e nos discursos a equação natureza = heterossexualidade. O sistema heterossexual é um dispositivo social de produção de feminilidade e masculinidade que opera por divisão e fragmentação dos corpos: recorta órgãos e gera zonas de alta intensidade sensitiva e motriz (visual, tátil, olfativa...) que depois identifica como centros naturais e anatômicos da diferença social.” (PRECIADO, 2014, p. 25).

Na concepção do autor, essa perspectiva da existência de uma natureza humana heterossexual nada mais é do que uma tecnologia – e, por isso, nada natural – que produz o que se chama de lei natural. A ideia mesma de uma natureza é produto de construções humanas. Dessa forma, heterossexualidade – assim como qualquer outra identidade e orientação sexual – não é algo natural.

Preciado sugere que a heterossexualidade não é apenas uma orientação sexual entre outras, mas uma tecnologia social que molda corpos, espaços e discursos. Segundo essa visão, a equação natureza = heterossexualidade é uma construção social que legitima e naturaliza a heteronormatividade. Esta concepção implica que qualquer desvio da heterossexualidade é visto como antinatural ou anormal, reforçando a marginalização de outras orientações sexuais.

A análise de Preciado vai além da simples identificação da heteronormatividade; ela explora como o sistema heterossexual opera por meio

da divisão e fragmentação dos corpos. Esta divisão não é somente física, mas também simbólica e discursiva. Os corpos são recortados em órgãos e zonas, que são então hierarquizados em termos de intensidade sensitiva e motriz, como visual, tátil e olfativa. Essas zonas são posteriormente identificadas como centros naturais e anatômicos da diferença social, estabelecendo um sistema de diferenças binárias de gênero que define o que é considerado masculino e feminino.

Essa fragmentação dos corpos e a conseqüente produção de feminilidade e masculinidade têm profundas implicações sociais e políticas. Elas reforçam estruturas de poder que privilegiam a heterossexualidade e o binarismo de gênero, marginalizando e oprimindo expressões de gênero e sexualidade que desviam dessas normas. Essa tecnologia de dominação heterossocial, portanto, não apenas molda a compreensão da natureza humana, mas também estrutura as relações sociais e de poder.

Dessa forma, a naturalização do gênero e do sexo, como frutos de uma ordem sobrenatural que normatizaria todas as coisas desde todos os tempos, gradativamente perde força com a ascensão de outras atrizes sociais que não se encaixam no que foi pretensamente normatizado. A existência de pessoas dissonantes da norma, a própria possibilidade de se questionar a norma, a suposta lei natural põe em xeque essa ideia de uma lei natural que o cristianismo, pelo menos em suas formas hegemônicas, crê ser estabelecida por Deus.

A concepção tradicional de gênero e sexo, frequentemente vista como produtos de uma ordem divina imutável, começa a ser questionada e enfraquecida diante do surgimento e da crescente visibilidade de diferentes atores sociais que desafiam essas normas estabelecidas. A ideia de que gênero e sexualidade são entidades fixas e determinadas por uma "lei natural" sobrenatural é cada vez mais contestada à luz das experiências e realidades de

pessoas que não se enquadram nos moldes tradicionais de masculinidade e feminilidade.

Esse questionamento se torna ainda mais significativo quando se considera a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais existentes. A presença e a resistência de indivíduos que vivenciam e expressam sua sexualidade e gênero de maneiras que divergem das normas heteronormativas desafiam diretamente a noção de uma lei natural universalmente aplicável. Este cenário evidencia que as concepções de gênero e sexualidade são, na verdade, construções sociais e culturais, moldadas por contextos históricos e sociais específicos, e não entidades estáticas ou universais ditadas por uma ordem sobrenatural.

A possibilidade de questionar e refutar essa suposta lei natural subverte a ideia de uma ordem divina inquestionável, especialmente como é interpretada pelas formas hegemônicas do cristianismo. Essas tradições religiosas, que historicamente têm promovido uma visão binária e imutável de gênero e sexualidade, são desafiadas a reconsiderar e reavaliar suas doutrinas à luz das experiências humanas reais e diversas.

A emergência de novas compreensões e expressões de gênero e sexualidade não só questiona a validade da lei natural como concebida pelo cristianismo hegemônico, mas também oferece uma oportunidade para uma reinterpretação mais inclusiva e abrangente de tais conceitos. Ao reconhecer a diversidade e a fluidez de gênero e sexualidade, abre-se um caminho para uma compreensão mais profunda da complexidade da experiência humana. Isso implica um movimento progressivo em direção a uma sociedade que valoriza e respeita a pluralidade e a individualidade, desafiando estruturas de poder que buscam manter normas rígidas e excludentes.

A emergência de novas compreensões e expressões de gênero e sexualidade representa um desafio significativo à concepção tradicional de lei natural, tal como é entendida no contexto do cristianismo hegemônico. Esta

evolução não apenas questiona a rigidez dessa lei, mas também abre espaço para uma reinterpretação mais inclusiva e abrangente destes conceitos. O reconhecimento da diversidade e fluidez de gênero e sexualidade marca um avanço fundamental para uma compreensão mais rica e matizada da experiência humana. Este desenvolvimento sinaliza um movimento progressivo em direção a uma sociedade que valoriza e respeita a pluralidade e a individualidade, desafiando as estruturas de poder que tradicionalmente buscam impor e manter normas rígidas e excludentes.

Esses estudos, sobretudo no campo da religião, abrem perspectivas de compreender de que maneira esse fenômeno atua e exerce poder na tentativa de normatizar a sexualidade. Na obra “Fazemos a teologia que podemos: Igrejas inclusivas na América Latina nas décadas de 1980 e 1990”, Musskopf (2021) retoma um trabalho desenvolvido anteriormente com o objetivo de evidenciar experiências vividas na América Latina nas décadas de 1980 e 1990. A pesquisa original foi realizada entre 2004 e 2008 no contexto da elaboração da Tese de Doutorado. Nesse trabalho fica evidente como as igrejas inclusivas e grupos cristãos LGBTQIA+ fizeram parte dos itinerários acadêmicos e de militância social e eclesial e compuseram o que o autor propôs como “itinerários para uma teologia queer no Brasil”, evidenciando a existência de dissidências de gênero no interior do cristianismo. A emergência de grupos LGBT dentro do cristianismo representa uma mudança significativa no cenário religioso contemporâneo. Este fenômeno, além de desafiar as normativas tradicionais de gênero e sexualidade no cristianismo, também ressalta a influência crescente dos estudos de gênero nas práticas e teologias cristãs. Este texto busca analisar como a ascensão desses grupos e o avanço dos estudos de gênero têm impactado o cristianismo, redefinindo compreensões e práticas religiosas.

A atuação de grupos cristãos LGBT, como documentada por Musskopf, ilustra uma luta ativa contra as normas restritivas impostas pela tradição cristã hegemônica. Durante a crise da AIDS, por exemplo, estes grupos não apenas

combateram a estigmatização, mas também questionaram a associação entre moralidade e sexualidade que muitas vezes é perpetuada em contextos religiosos tradicionais. Suas ações e ensinamentos, centrados na inclusão e no amor incondicional, representam a abertura de "armários" que durante muito tempo confinaram e ocultaram as identidades LGBT.

A teologia desenvolvida por estes grupos, caracterizada pela sua fluidez e abertura à diversidade, desafia diretamente as concepções binárias e rígidas de gênero e sexualidade. Esta abordagem teológica não só questiona as normas estabelecidas, mas também reconstrói ativamente o discurso religioso para abraçar e celebrar a diversidade de experiências e identidades humanas.

A aplicação dos estudos de gênero no cristianismo reforça essa desconstrução dos "armários". Ao questionar as noções tradicionais de gênero e sexualidade e ao destacar a construção social dessas categorias, os estudos de gênero fornecem um arcabouço teórico e prático para compreender e dismantlar as estruturas de poder que sustentam a heteronormatividade e o binarismo de gênero na religião.

Considerações finais

O presente trabalho buscou analisar os mecanismos pelos quais as igrejas cristãs, em especial a expressão hegemônica do cristianismo, controlam as sexualidades e promovem uma normatização cisheterossexista. Uma das principais conclusões do trabalho é que o cristianismo, em sua forma hegemônica, constrói uma compreensão essencialista de sexo e gênero, baseada na ideia de uma lei natural divina que determina como os seres humanos devem se comportar. Essa visão metafísica essencialista impõe normas rígidas de comportamento heterossexual e coloca em xeque qualquer forma de expressão sexual que não esteja de acordo com essa norma.

No entanto, os estudos de gênero desconstruem essa visão, questionando a suposta ordem natural e destacando a diversidade de identidades e orientações

sexuais. Esses estudos mostram como as igrejas cristãs, apesar do processo de secularização, ainda exercem influência na sociedade, especialmente em contextos nos quais o cristianismo desempenha um papel significativo na vida das pessoas. O discurso religioso conservador muitas vezes tenta impedir a implementação de direitos civis das pessoas LGBTQIA+ e perpetua a ideia de que a heterossexualidade é a única forma correta de viver.

A pesquisa demonstra que a naturalização do gênero e da sexualidade está sendo cada vez mais questionada, à medida que mais pessoas e grupos se destacam na luta por direitos e reconhecimento. A ideia de uma lei natural imutável está sendo desafiada por perspectivas que reconhecem a diversidade e a complexidade das experiências humanas. Isso representa um avanço na promoção da igualdade e na superação das normas cisheterossexistas impostas pelo cristianismo hegemônico e por outras instituições sociais.

Em suma, este trabalho ressalta a importância de continuar a questionar as normas e as visões essencialistas que limitam as possibilidades de vivência da sexualidade e do gênero. Ao desafiar a epistemologia do armário e a suposta lei natural, podemos abrir espaço para uma compreensão mais inclusiva e respeitosa das diversas identidades e orientações sexuais, promovendo a dignidade e os direitos de todas as pessoas, independentemente de sua sexualidade ou gênero.

Referências

- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *Homem e mulher os criou: para uma via de diálogo sobre a questão do gender na educação*. Cidade do Vaticano, 2019. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20190202_maschio-e-femmina_po.pdf. Acesso em: 05 jan. 2020.
- CONVENÇÃO GERAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO BRASIL. *Declaração de fé*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2016.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução de Sérgio Telles. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

DICASTERIO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Declaração Persona Humana*.

Disponível em:

https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19751229_persona-humana_po.html. Acesso em 15 fev 2024

DICASTÉRIO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Declaração Fiducia Supplicans*.

Disponível em

<https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2023/12/18/0901/01963.html#it>. Acesso em 3 de mar 2024

FREIRE, Ana Ester Pádua. *Armários queimados: igreja afirmativa das diferenças e subversão da precariedade*. 298f. Tese (Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

GEBREHIWOT, Dagnachew Adefris. Race and empire: a deconstructionist reading of Joseph Conrad's Heart of Darkness and Edward Morgan Forster's A Passage to India. *Journal of English Language and Literature (JOELL)*, v. 9, n. 4, p. 55-67, out.-dez. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. (org.) *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MUSSKOPF, André Sidnei. *Fazemos a teologia que podemos: igrejas inclusivas na América Latina de 1980 a 1990*. Belo Horizonte: Senso, 2021.

MUSSKOPF, André Sidnei. *Via(da)gens teológicas: itinerários para uma teologia queer no Brasil*. São Paulo: Fonte, 2012.

NAHRA, Cinara Maria Leite. Os novos filósofos da lei natural e a visão cristã sobre a homossexualidade. *BAGOAS: Revista de estudos gays, gêneros e sexualidades*. Natal, v. 1, p. 109-121, 2007.

NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 21 n. 61, p. 114-132, jun. 2006

PERES, William Siqueira; TOLEDO, Livia Gonsalves. Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. *Psicologia Política*, v. 11, n. 22, p. 261-277, jul.-dez. 2011.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: N-1 edições, 2014.

SERRA, Cris. *Vimos para comungar: os católicos LGBT brasileiros e suas estratégias de permanência na Igreja*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2019.

SILVA, Lucas Duarte. A lei natural em Tomás de Aquino: princípio moral para a ação. *Kínesis*, v. 6, n. 190, p. 187-199, jul. 2014.

VATTIMO, Gianni. *O fim da modernidade: nihilismo e hermenêutica na filosofia contemporânea*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Recebido em: 03/11/2024.

Aprovado em: 25/11/2024.